

Percurso Histórico-Militar do Centro do Funchal

Este percurso, dividido em duas partes, começa com dez temas que servem como introdução ao trajeto que o visitante encontra no verso deste folheto. Ao longo de 17 paragens, apresentamos vários marcos da História, da Arquitetura e da Cultura do Funchal. A par das ilustrações, dos mapas e das fotografias, enriquecemos a sua experiência com um glossário que tornará a sua viagem ainda mais completa. Aceite o desafio e descubra seis séculos fascinantes neste Percurso Histórico-Militar.



Vista do porto e da cidade do Funchal tirada do largo da baía, desenho aquarelado de Thomas Hearne, 1772. Museu A Cidade do Açúcar, Funchal.



Reconstituição da muralha da cidade e das suas fortalezas no fim do século XVIII sobre uma planta atual do Funchal (2013). Está indicada a localização de 13 portas da cidade, das 16 que existiram. Acervo António Aragão, ARM.



Guarita do forte dos Louros (1645 c.), Funchal. Este forte foi mandado construir pelo comerciante e armador Diogo Fernandes Branco, pai (1583-1644).

O regimento de fortificação de 1572

Em 1572, o rei D. Sebastião enviou um novo Regimento de Fortificação, em que a cidade era envolvida na frente-mar e ao longo das ribeiras de João Gomes (16) e de São João (5) por panos de muralhas, que fechariam nos morros da Pena e de São João por pequenas posições fortificadas. A fortaleza central da cidade foi ampliada com o planeamento feito por Mateus Fernandes para o núcleo superior do morro da Pena, mas reduzido a menos de um terço das dimensões iniciais. Ficou assim com 2 baluartes pentagonais gêmeos (9), virados a norte e um quadrangular (11), a proteger a zona ocidental, mantendo a nascente o anterior joanino de 1541 (8). Como apoio, da fortaleza principal seria executada uma pequena estância fortificada a ocupar a foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, o futuro forte ou fortaleza de S. Filipe da praça do Pelourinho (14), havendo um pano de muralha a unir ambas, que levaria um século a levantar (13). A cidade considerada por D. Sebastião já era um pouco maior que a de D. Manuel, ou seja, o limite oriental passou da ribeira de Santa Luzia para a de João Gomes. No entanto, o primitivo bairro de Santa Maria do Calhau continuou a não ser considerado cidade, só vindo a possuir o seu troço amuralhado alguns anos depois (18).

O conde de 1582, Filipe II mandou avançar das Canárias o verão de Lançarote, D. Agostinho de Herrera y Rojas, face à ameaça das armadas de D. António, prior do Crato, com base no vizinho arquipélago dos Açores. As primeiras preocupações do conde de Lançarote foram para a segurança da ilha, informando logo que a fortaleza velha era essencialmente um bom palácio residencial (7), mas infelizmente cercada de edificações muito próximas, pouco valendo assim como defesa. A Nova, depois de São Filipe da Praça do Pelourinho (14), ainda se encontrava em piores circunstâncias, não só mal localizada como pior construída.

O regimento de fortificação de 10 anos antes era, assim, perfeitamente ineficaz perante o conflito que opunha então as forças de Filipe II às de D. António, Prior do Crato, com franceses e ingleses, envolvendo milhares de homens de parte a parte, sendo mínimas as defesas do Funchal para as ameaças que se equacionavam, embora não se tendo concretizado.



The Puntinha, Madeira, Jan. 1st 1849. Taking a look at one's ship (1849). Aquarela de Edward Gennys Fanshawe (1814-1906) tirada do forte de S. José da Pontinha. National Maritime Museum (Londres).



Senhora em rede frente à fortaleza do Pico, no Funchal (1850). Óleo sobre tela de Eduard Hildebrandt (1818-1868), coleção particular.

As defesas do séc. XVIII

A defesa e a fortificação da Madeira foram revistas nos finais do séc. XVII, mas os elementos produzidos não chegaram até nós. Deslocaram-se à Madeira o capitão de engenheiros António Rodrigues Ribeiro e o engenheiro Manuel Gomes Ferreira, mas apenas sabemos que teria sido então executado o portão dos Varadouros, datado de 1689 (13). Mais tarde, em 1705, Manuel Gomes Ferreira, citaria o que haviam feito um levantamento quase total das costas da ilha, mas do qual nada conhecemos. Pouco depois ainda se devem ter pedido outras obras, pois existe um projeto de 1699 para uma fortaleza na Ponta Gorda, do engenheiro Francisco Pimentel, lente de Fortificação da ‘Aula de Matemática e Fortificação’ da Ribeira das Naus, perto do sítio onde quase 100 anos depois se levantou o forte do Gorgulho.

A primeira grande campanha de obras de fortificação do séc. XVIII decorreu no governo de Duarte Sodré Pereira, um fidalgo-mercador. Como ficou exarado no demolido forte Novo de São Pedro, na praia do Funchal e onde se levanta hoje o campo almirante Reis. Carlos I (77), o governador mandara levantar esse forte. Juntamente os de Machico, Santa Cruz e Ribeira Brava, que se guarneceram de artilharia. As estruturas levantadas não se afastam especialmente das do século anterior, embora tenham definido um novo modelo de fortificação triangular de uma só bateria, em que o lado virado a terra, em algumas, aparece dotado de torreão de gola, como no de São Bento da Ribeira Brava, datado de 1708, ou de S. João Batista do Porto Moniz, mais tardio, datado de 1758.

Com as obras do porto do Funchal e o engenheiro Tossi Columbina e, depois, Francisco de Alincourt, se procedeu à reformulação de São Tiago (19), de São Lourenço (7), pontualmente à construção do forte de S. José da Pontinha (3), devendo ser dessa campanha as elegantes guaritas cilíndricas, que no continente já vinham do século anterior. A forma quadrangular da fortaleza do Ilhéu, até então circular, como a desenhou Bartolomeu João em 1654, deve ter sido das obras de Francisco de Alincourt, por 1770.

Nos finais do XVIII ainda se procedeu a novo estudo de defesa da ilha, devendo dessa altura datar o forte do Gorgulho e os da Praia Formosa, mas as dificuldades desses anos, com a Revolução Francesa e o equacionar das guerras napoleónicas, não permitiram especiais obras.

Funchal, uma cidade fortificada

O Funchal foi uma cidade fortificada, cercada de muralhas e rematada por fortalezas. Em menos de 100 anos de ocupação humana, tornara-se um centro cosmopolita, com várias colónias de alemães, de flamengos e de italianos, tal como local de passagem quase obrigatório, dado o regime de ventos, para as armadas que mandavam ao Atlântico Sul e que aqui se reabasteciam. De certa forma, tornara-se também uma espécie de centro internacional de negócios e, dadas as especificidades da cultura açoreira, uma primeira experiência do capitalismo internacional da Época Moderna. Foi assim, a 21 de agosto de 1508, a primeira cidade a ser instituída pela Coroa portuguesa nos vastos domínios dos Descobrimentos.

A sua instituição como cidade pelo rei D. Manuel I, no entanto, tinha em vista reorganizar administrativa e religiosamente os novos territórios até aí da responsabilidade da Ordem de Cristo, de forma a integrá-los na Coroa. A supremacia dos navios portugueses, à época, também não pressupunha a imediata necessidade de especiais cuidados defensivos, pelo que a construção de defesas contra ameaças externas só nas décadas seguintes veio a ser sentida pela câmara do Funchal.

As alterações do quadro do Atlântico Norte na primeira metade do séc. XVI levaram à construção de uma primeira fortaleza no Funchal, que, a 3 de outubro de 1566, no entanto, seria facilmente conquistada por uma força huguenote francesa e a cidade saqueada durante 15 dias. Face ao desastre, nas décadas seguintes foram-se sucedendo as construções defensivas, sempre associadas à reforma do tecido urbano. De acordo com os novos pressupostos teóricos internacionais, entre os finais do século XVI e os inícios do XVII, foram levantadas muralhas ao longo das principais ribeiras e da frente mar, rematadas por fortalezas, ficando a cidade amuralhada. Evoluindo as ameaças, o esquema defensivo ainda foi ampliado nos meados do XVII e na transição XVIII/XIX, mas ficando obsoleto nos finais do XIX, data a partir da qual quase toda a cintura de muralhas foi demolida.

Com as I e II Grandes Guerars também foram levantadas baterias de costa e anti-aéreas, dentro dos novos critérios internacionais, as últimas dentro das áreas de serventia das unidades militares, mas suscetíveis de visita mediante acordo e coordenação do Museu Militar da Madeira.



West view of Loo Fort. Litografia aquarelada de A History of Madeira With a Series of Twenty-Seven Coloured Engravings, ed. Rudolph Ackermann, Londres, 1821.



Drilling (treino militar na Madeira), litografia de A History of Madeira With a Series of Twenty-Seven Coloured Engravings, ed. Rudolph Ackermann, Londres, 1821.

As alterações do séc. XIX

Com a aluvião de 9 de outubro de 1803 foi destacada para o Funchal uma equipa de engenheiros militares chefiada pelo brigadeiro de origem francesa Reinaldo Oudinot e da qual fazia parte o tenente Paulo Dias de Almeida, alterando-se profundamente os pressupostos anteriores, onde não só a defesa imediata contra um ataque exterior teve de ser equacionada. Esta equipa militar veio orientada, essencialmente, para colmatar os estragos da aluvião de 1803, mas num curto espaço de tempo alargava o trabalho à reforma da carta topográfica da ilha da Madeira e à defesa do Funchal, e que não só das intempéries, mas também militar propriamente dita.

Os acontecimentos dos inícios do século seguinte, com a primeira ocupação inglesa do Funchal, a aluvião de 1803 e, depois, a saída da Corte para o Brasil, em 1807, que levou a nova ocupação inglesa, não só alteraram profundamente estes estudos, como os levaram a outras resoluções. Os primeiros trabalhos da equipa de Oudinot foram os levantamentos planimétricos gerais, como o do Funchal, porventura a melhor peça cartográfica até essa data efetuada na Madeira e, depois, das principais fortalezas.

Ao longo do ano de 1805, em abril, o brigadeiro Oudinot e o tenente Paulo Dias de Almeida executaram as plantas da nova bateria das Fontes (6), que representa toda uma outra forma de entender a defesa e a arquitetura militares. A ideia já não era a da construção de fortificações adaptadas ao terreno, mas de grandes esplanadas capazes de receber as novas bocas-de-fogo, muito maiores que as anteriores e necessitando assim de todo um outro campo de manobra. A nova bateria iria receber grande parte da guarnição da fortaleza de S. Lourenço (7), que a partir dos últimos anos do século anterior passara, essencialmente a palácio, deixando as bocas-de-fogo e ali podermos operar. Foi essa nova conceção que também haveria de ser seguida na ocupação inglesa de 1808 a 1814 e que se chegou a pensar estender à fortaleza de S. Tiago (19) e à nova bateria a ali construir (20).

Com as Guerras Liberais e perante a hipótese de invasão da Madeira pelas forças absolutistas, ainda se procedeu à reconstrução de toda a rede de fortes da costa sul da ilha, para obstar a qualquer desembarque, mas o que não resultou e acabando essas pequenas fortificações por serem quase todas abandonadas ao longo do século.

Defesa, Fortificação e Arquitetura Militar

As obras de defesa de uma cidade foram entendidas de forma diferente ao longo dos anos, agravada, no Funchal, conforme os governadores e as vereações camarárias. Numa primeira fase, ao contrário do Norte de África, onde uma população islamizada nunca aceitou de bom grado a presença portuguesa, obrigando de imediato à construção de estruturas defensivas, tal não ocorreu no Funchal. Claro que logo no século XV se construiram estruturas defensivas, como a Torre do Capitão em Santa Amaro, no Funchal ou a torre dos Esmeraldo, na Lombada da Ponta do Sol, mas mais por questões de prestígio, que outra coisa.

Numa segunda fase há ainda que entender as 2 principais vertentes das obras de defesa: as contra as ameaças internas, como no caso do Funchal, as aluviões, da responsabilidade camarária, que levou à construção das **muralhas das ribeiras (1 e 15)**; e as contra as ameaças externas, como eram de início os piratas e corsários, essas então denominadas por **fortificação** e da responsabilidade do governador. O braço-de-ferro entre a câmara do Funchal e o governador atravessou toda a história da Madeira, pois as verbas tinham sempre a mesma origem, sendo cobradas pela Câmara e, inclusivamente, o principal responsável também era o mesmo: o **mestre-das-obras reais**, que respondia perante as 2 entidades, chegando a ter ordem de prisão por parte da edilidade.

O termo **arquitetura militar** envolve, depois, outros pressupostos, inclusivamente teóricos, com cruzamento de fogos, alcance da artilharia, depois altura e espessura das muralhas, articulação das mesmas, a construção dos novos baluartes pentagonais de influência italiana, etc., pelo que é toda uma filosofia de construção mais complexa que a fortificação. Nos meados do séc. XV começou a ser introduzido em Portugal armamento de fogo, o que, a par das novas bestas com tração mecânica, por exemplo, que logo alterou os pressupostos das construções defensivas. A utilização depois de armamento de fogo pesado, a **artilharia**, obrigou ao reforço das antenas muralhas com sapatas (8), passando depois a ter uma determinada inclinação para absorverem o impacto dos tiros e, progressivamente, foram desparecendo as torres de menagem, alvos facilmente reconhecíveis à distância e, também facilmente derrubáveis, adaptando-se as construções ao terreno.



Funchal from the West. Funchal von Westen. Litografia aquarelada de Views of the Island of Madeira, with descriptions of the scenery, James Yate Johnson a partir de Johan Fredrik Eckersberg (1822-1870), pub. Arnz & Cº, Dusseldorf, c. 1855, com dedicatória à rainha Josephine, da Noruega e da Suécia, com texto bilingue em alemão e inglês.



As estruturas das Grandes Guerras

Os meados do séc. XIX assistiram à emergência dos engenheiros militares, inclusivamente e ao longo de décadas à frente do governo português, o mesmo tendo acontecido, embora pontualmente, na Madeira. Mas o seu domínio foi essencialmente para as obras públicas, pelo que seria necessário chegar aos alvares da primeira Grande Guerra para se fazerem obras especificamente militares no Funchal, de certa forma improvisadas, com as novas baterias de costa da antiga Quinta Vigia e a bateria da Canceleda, que dotadas com material do século anterior, pouco efeito teve no obstar aos dois bombardeamentos alemães sofridos pela cidade em 1916 e 1917.

Os trabalhos levados a efeito para a primeira Grande Guerra, tal como os seguintes, de 1940, com o deflagrar da segunda, no entanto, não se enquadraram bem já na arquitetura militar aqui abordada, mas na de defesa militar contemporânea, com o levantamento de estruturas, mais ou menos perenes, quase sempre enterradas e sem especial visibilidade exterior. O Funchal foi bombardeado por 2 vezes na primeira Grande Guerra, em 3 de dezembro de 1916 e em 12 do mesmo mês de 1917, tendo respondido as baterias da Quinta Vigia e de São Gonçalo, sem especiais resultados e restando da primeira o espaço enterrado na muralha e integrado hoje no complexo do Casino Park Hotel, mas nada restando da segunda.

No início da segunda Grande Guerra levantaram-se novas baterias. Com outro tipo de construção mais perene, subsiste a de costa, do Pico da Cruz, com material alemão, que ainda executou exercícios de fogo até à década de 80 do século passado e a antiaérea do Pico do Buxo, em S. Martinho, com material inglês, tal como subsiste o quartel de apoio, embora com alterações posteriores. A bateria do Palheiro Ferreiro, em terreno privado, foi, entretanto, desmantelada.

Os finais do séc. XX conheceram um especial interesse pela arquitetura militar na ilha da Madeira, dadas as características de certa forma inovadoras de que se revestiu, objeto de uma exposição no Dia de Portugal, celebrado no Funchal, em 1981 e, no ano seguinte, remontada na Fundação Gulbenkian, em Lisboa e, ainda depois no Porto e em Vila Viçosa. Nessa sequência e dentro do processo autonómico, muitas dessas edificações, já então sem específico interesse militar, vieram a transitar para a tutela da R.A.M.

Arquitetura militar de transição

A primeira fortificação construída na Madeira, pedida pela câmara do Funchal em 1523 e 1528, determinada em 1529, só foi levantada entre 1540 e 1541 (8), quando dirige a obra o pedreiro camarário Estêvão Gomes e de que existem pagamentos. Era ainda uma **Fortificação de transição** e bem perto das construções senhoriais tardo-medievais, mantendo gárgulas e janelas de lintel ao gosto manuelino, rematada por merlões e dotada de ampla representação heráldica.

O dito *baluarte* do Funchal, muito longe do depois *baluarte moderno*, quase que obrigatoriamente pentagonal, envolveu a construção de uma torre semioval de vários pisos, assente nos afloramentos rochosos da praia, ostentando os emblemas e as armas reais joaninas. O piso térreo quase ao nível do mar, apresenta abóbada tardo-gótica com chave com a Cruz de Cristo e devia ser dotado de canhoneiras, embora só tenha sobrevivido uma no piso imediatamente superior, onde igualmente existe um mata-cão, elemento também da fortificação medieval, mas que aparece também na de transição. A utilização de **baterias interiores**, disparando, por vezes, quase ao nível do mar, como ocorria com os navios, informou durante décadas a arquitetura militar marítima portuguesa de transição. O exemplo mais conhecido é o da Torre de São Vicente, a par de Belém, de 1514, geralmente só conhecida como Torre de Belém, quase verdadeiramente uma nau em pedra ancorada na margem do rio Tejo.

O conjunto do Funchal articulava-se com uma muralha a correr sobre o “altinho das fontes” de João Dinis, junto das quais possuía um torreão-cisterna, provavelmente com pequena esplanada superior para peças de artilharia ligeiras, inicialmente também dotado de bicas de água, que flanqueava a mesma muralha ao longo da praia e protegia a aguada dos navios, tal como a população que trabalhava na mesma praia do Funchal. Todo o conjunto envolvia as casas do capitão, estando assim ainda dentro do espírito senhorial, embora muito bem-dotado de bocas-de-fogo, que o Rei, de Lisboa, logo tinha enviado em 1528.

A fortaleza do Funchal e a organização geral defensiva militar, no entanto, até pela não presença do capitão do Funchal, ausente na corte de Lisboa, mostrou-se depois totalmente incapaz perante o ataque corsário francês de outubro de 1566, tudo tendo de ser pensado e executado de novo.

O ataque corsário francês de 1566

Desde a década de 20 do séc. XVI que a corte da Paris reivindicava alguns dos novos territórios ultramarinos portugueses, tendo em 1555 os franceses tentado instalá-se na baía de Guanabara, no Brasil, onde depois se levantou a cidade do Rio de Janeiro, fundando a França Antártica, mas de onde foram desalojados em 1560. Encontrando-se dividida a França por guerras religiosas, elementos de um e outro lado procuravam novos territórios para se fixar e, ao mesmo tempo, como o poder central tinha dificuldades de se afirmar, grassou uma larga guerra de corso.

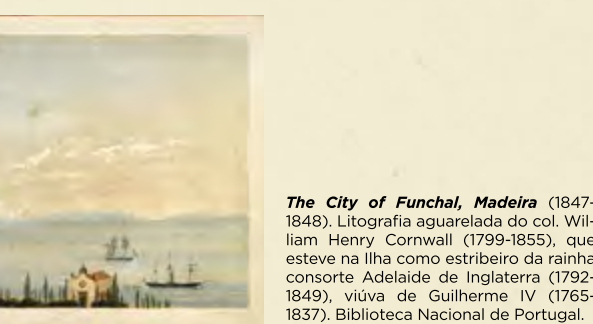
Em inícios de outubro de 1566, uma esquadra francesa de 8 galeões proveniente de La Rochelle, aportou ao arquipélago, sob o comando de Beltrão de Montluc, filho do marechal de França, começando por saquear o Porto Santo. Avisadas as vilas de Machico e Santa Cruz, foram barricadas as praias, enviando-se o alarme ao Funchal. Perante as defesas instaladas, a armada manteve o rumo para o Funchal, entrando na baía no dia 3 desse mês. Os quadros superiores da cidade tinham acorrido à fortaleza (8), mas à aproximação dos navios, o governador interior, Francisco Gonçalves da Câmara, tio do capitão-donatário, opôs-se a que se fizesse fogo sobre os mesmos, na esperança de que se afastassem. Os franceses desembarcaram então na Praia Formosa e dirigiram-se à cidade por terra.

As forças francesas dividiram-se em duas bandeiras, ao todo com 500 a 800 homens, conforme as fontes, que ainda se subdividiram, entrando na cidade pela Ponte de São Paulo, na Rua Carreira, onde uma pequena força da fortaleza, com artilharia ligeira, ainda a tentou deter, mas foi desbaratada. Alguns frades de São Francisco também ali acorreram, de cruz alçada, tendo sido mortos, mais ninguém se tendo oposto aos invasores.

A fortaleza foi depois atacada pelo lado da cidade, onde não possuía qualquer proteção e, não sendo possível movimentar as pesadas bocas-de-fogo apontadas para o mar, não resistiu ao ataque, morrendo dentro dos muros cerca de 300 homens. O Funchal sofreu em seguida um pesado saque de cerca de 15 dias a que quase nada escapou. Em Lisboa foi organizada de imediato uma armada de socorro, mas com gente mal preparada, recrutada pelas ruas e pelas prisões, acabando a cidade, devastada pelos franceses, por sofrer um novo saque quase pior que o primeiro.



The Honourable East India Company's ship Dunira, passing Funchal Bay, Island of Madeira. óleo de Thomas Buttersworth (1768-1842), 1830, Museu Quinta das Cruzes, Funchal.



The City of Funchal, Madeira (1847-1848). Litografia aquarelada do col. William Henry Cornwalli (1799-1855), que esteve na ilha como estribreiro da rainha consorte Adelaide de Inglaterra (1792-1849), viúva de Guilherme IV (1765-1837). Biblioteca Nacional de Portugal.

Arquitetura abaluartada

A partir de então a atenção da corte de Lisboa virou-se para as Ilhas Atlânticas e, logo na armada de socorro, teria vindo um arquiteto militar altamente habilitado, o mestre-das-obras reais Mateus Fernandes (II), ligado à família dos arquitetos do mosteiro da Batalha. Alguns meses depois, ainda vieram dois técnicos militares italianos, Pompeu Arditi e Tomás Benedito, ambos de Pézaro, para o apoiarem e com quem já tinham trabalhado no Norte de África, que ficaram cerca de um mês no Funchal e seguiram depois para os Açores. Num curto espaço de tempo recebía um regimento preliminar de fortificação, outro de vigias, etc.

Com a colaboração dos italianos, provavelmente, Mateus Fernandes levantou uma planta da cidade do Funchal, se não o teria feito antes, pois no regimento preliminar já há resposta a projetos desenhados que enviara para Lisboa, onde sobre a cidade imaginou uma enorme **fortaleza abaluartada** para o morro da Pena, a descer até à praia do Funchal, ocupando toda a atual “Zona Velha” ou bairro de Santa Maria Maior. O projeto tem a indicação das cotas dos vários núcleos da fortaleza, tal como na cidade se encontra a indicação do local por onde entraram os franceses e o quarteirão requerido pela Companhia de Jesus para instalar o seu colégio. A planta é assinada por MFE.

A fortaleza pressupunha a construção de um importante complexo fortificado sobre o Morro da Pena, com 4 baluartes pentagonais, 2 a norte e 2 laterais, mais 2 quadrangulares, a Sul e que, em caso de perigo, poderia receber quase toda a população da cidade (16), servindo de cidadela. O complexo descia ainda sobre o bairro de Santa Maria, com mais um núcleo abaluartado, com um baluarte pentagonal e 2 meios baluartes laterais sobre a praia, sendo parcialmente rodeada por fosso, aproveitando a água da ribeira de João Gomes, projeto numa dimensão que só teria paralelo em Portugal ao longo do século seguinte.

O megalómano projeto não foi aceite em Lisboa, optando-se por um esquema mais tradicional, com o núcleo superior da Pena reduzido a 1/3 para a futura fortaleza de S. Lourenço (7 e 9), articulado com panos de muralhas (5, 16 e 13), na frente mar e nas ribeiras de João Gomes e de São João, que constituiu o **regimento de fortificação** depois enviado em 1572.



Fortaleza do Ilhéu a executar salvas por ocasião da Visita Régia, julho de 1901, Arquivo e Biblioteca da Madeira.



Fortaleza do Ilhéu vista do mirante da antiga Quinta Vigia. Fotografia de Joaquim Augusto de Sousa (1853-1905), 1885. Arquivo e Biblioteca da Madeira.

GLOSSÁRIO

ALCAIDE. Senhor e governador de um castelo. Era assim encarregado da defesa do castelo e respetiva jurisdição. Esta jurisdição deveria incluir o serviço de polícia, que em cidades como o Funchal, por exemplo, competia à Câmara.

BALUARTE. Elemento característico da fortificação abaluartada. Apresenta planta pentagonal irregular, que se destaca nos ângulos salientes de duas cortinas contínuas ou de outros pontos vulneráveis. A artilharia concentrou-se nas esplanadas e a fortificação perfeita tende para um conjunto articulado dos mesmos.

BATERIA. Plataforma, por vezes coberta, onde eram dispostas as bocas de fogo de artilharia.

CANHONEIRA. É o espaço entre os merlões do parapeto para colocação da artilharia. Na fortificação marítima portuguesa de transição as canhoneiras começaram por aparecer no corpo da cortina, quase ao nível do mar.

CANTARIA. Pedra aparelhada para construção. As cantarias utilizadas na Madeira podem dividir-se em rija, de cor cinza, e mole, de tonalidades várias, desde o quase negro ao vermelho (Cabo Girão).

CARTA. Desenho representando uma região geográfica marítima, por vezes com a indicação das costas, rotas, construções e a escala. Pode ser sinónimo de mapa, embora esta designação deva ser mais utilizada para as representações de regiões continentais. O termo planta, também por vezes sinónimo, é mais empregue para construções ou áreas mais restritas, como ruas, vilas ou cidades.

CASA DA GUARDA. Conjunto de construções destinadas a proteger a entrada de uma fortaleza. No conjunto acabou por integrar as próprias instalações da guarda.

CASAMATA. Praca coberta, geralmente abobadada, situada nos muros e flancos das baterias para colocação da artilharia.

CAVALEIRO. Obra elevada com comando sobre a restante.

CIDADELA. Fortificação específica dentro da fortificação abaluartada, destinada a proteger por vezes uma zona residencial ou militarmente importante e servir de reduto final.

CISTERNA. Poco resguardado dentro do recinto fortificado, por vezes executado com franca monumentalidade de forma a poder recolher e salvaguardar a água imprescindível à guarnição da fortaleza.

CORDÃO. Friso de secção semicircular, que circunda exteriormente a fortaleza. Separa à vista o parapeto, onde se inscrevem as canhoneiras, da escarpa.

CORTINA. Troço de muralha, ou reparo, entre dois baluartes. Na fortificação abaluartada deve ser sempre ligeiramente inclinada.

CUBELO. Torreão redondo e saliente da muralha, dando flancoamento à mesma. É também designado por cubo.

CUNHAL. Ângulo formado por dois panos de parede, geralmente e por razões de construção e segurança, mais elaborado e utilizando cantaria aparelhada.

ESPLANADA. Declive suave que vai do parapeto do caminho coberto até ao campo exterior, livre de obstáculos. Também se pode referir a um local aberto onde são colocadas as bocas de fogo. Muitas vezes aparecem assim designadas as baterias das fortalezas.

ESTÂNCIA. Posição fortificada simples, por vezes sobre estacaria de madeira. Efetuada com materiais mais sólidos, podia ter a designação de bateria ou bombardeira.

FECHOS. Sistema de mecanismos para ignição de uma arma de fogo ligeira. Conhecem-se inúmeras variedades, podendo incluírem-se os fechos de mecha ou serpentina (séculos XV a XVII); de roda (idem); de silex (XVI a XIX); e de fulminante (XIX).

FLANQUEAMENTO. Defesa das cortinas e fossos de uma fortificação abaluartada, ou da medieval, a partir dos torreses.

GOLA. Linha imaginária que une os extremos, do lado da praça e dos flancos de um baluarte. Pela gola faz-se a ligação do baluarte à praça.

GRANDE. Cortina de muralha reforçada a tirantes de ferro, ou só de ferro, terminando inferiormente em pontas. Desliza por ranhuras ou subsídios para a frente e para trás, podendo ser levantada e mantida afastada das sentinelas. As primeiras guaritas de que temos informações eram em madeira, sucessivamente cobertas com telhas e posteriormente totalmente passadas a alvenaria e cantaria.

GUARITA. Pequeno coberto que se destaca dos ângulos das cortinas e baluartes, de forma cilíndrica ou prismática, para abrigo e defesa das sentinelas. As primeiras guaritas de que temos informações eram em madeira, sucessivamente cobertas com telhas e posteriormente totalmente passadas a alvenaria e cantaria.

HANTA. Bombas mantelate, é um dispositivo em madeira destinado a encobrir as bocas de fogo nas bombardeiras. Era constituído por anteparos que rodavam em torno de um eixo transversal apoiado no parapeto, podendo assim abrir para a boca de fogo operar.

MATA-CÃO. Orifício aberto no pavimento das varandas de uma torre, por onde se lançavam projéteis destinados a bater na base dessa torre para ou fazer riciclette no talude.

MENAGEM. Termo de responsabilidade tomada pelos alcaides perante o monarca. Os governadores e capitães-generais não vinham para a ilha sem prestarem menagem ao rei em Lisboa. Os castelos medievais mesmo alguns de transição, como o caso dos construídos em território marroquino, possuíam torre de menagem.

MESTRE DE OBRAS REAIS. Engenheiro responsável pelas fortificações e restantes obras da responsabilidade régia.

PANO DE MURALHA. Troço da muralha compreendido entre dois torresões ou entre dois baluartes.

PAU A PIQUE. Construção em terra amassada apoiada numa estrutura de estacas de madeira, por vezes reforçadas com cordame.

PEÇA (DE ARTILHARIA). Designação genérica das bocas de fogo de artilharia a partir da sua construção como uma peça inteira e não barras de ferro caldeadas, como eram os trons.

PONTE LEVADICA. Prancha de madeira colocada junto das entradas de uma fortaleza e destinada a transport o fosso.

PORTÃO DOS VARADOUROS. Foi a porta principal da cidade e celebrou, com certo aparato, o final da construção do troço de muralha da frente mar. Dada a sua importância possuíam, mesmo em anexo uma capela, dedicada à Nossa Senhora do Monte dos Varadouros. Foi demolido em 1911 e refeito em 2011, recuperando-se o seu antigo brasão de armas e a sua inscrição que se achavam no museu da Quinta das Cruzes.

PRACA. Parte mais ampla de uma fortaleza abaluartada envolvente da povoação e exterior à cidadela. O termo indica também uma fortaleza marítima.

REDUTO. Pequena obra de fortificação, geralmente quadrangular e incluída num esquema defensivo mais amplo.

SAPATA. Reforço inferior dos torreses de transição da fortificação medieval para a abaluartada, destinado a manter mais afastados os engenhos de assalto e os assaltantes, ao mesmo tempo que dificultava os trabalhos de sapa e de abordagem à fortaleza.

SARGENTO-MOR. Oficial superior encarregado do recrutamento e manutenção das companhias de ordenanças.

01 Miradouro de Santa Catarina

Foi neste local que, entre 1420 e 1425, se instalou João Gonçalves Zarco com a sua família. Mais tarde, a capitão-viúva D. Constanta Rodrigues, em 1484, instituiu na capela de Santa Catarina uma mercearia para 5 recolhidas e um ermião velho, embora o edifício que temos hoje seja uma reformulação dos finais do séc. XVII.

Deste miradouro se podem observar as principais fortificações do Funchal, ou o seu local: para nascente, o antigo forte de São Lázaro e a bateria das Fontes (6), mas de que nada resta; a fortaleza-palácio de São Lourenço (7) e a de São Tiago (18); para norte, as muralhas da ribeira de São João (1) e a fortaleza do Pico (4); ao centro do molhe do porto, a antiga fortaleza do Ilhéu (2) e o que resta do forte de São José (3), desmanchado com a construção do inicial molhe de cais da Pontinha, ainda no séc. XIX.



Vista da muralha da ribeira de São João e do antigo forte de São Lázaro, litografia de Luis Le Breton, 1850 (c.)

02 Fortaleza do Ilhéu

O pedido para a construção de uma fortaleza neste ilhéu Grande data de 1553, mas as primeiras obras só foram mandadas fazer, entre 1634 e 1636, sem continuidade. O governador Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, em 1651, reiterou o pedido e mandou exarar depois numa lápide sobre a porta principal, em 1654, que a fizera da primeira pedra.

As obras arrastaram-se pelas décadas seguintes, queixando-se os provedores das dificuldades do local. Em 1682 foi pedida a construção de uma capela, edificada no ano seguinte. Posteriormente são contínuos os pedidos de reforma da fortaleza, à qual se deveria dar nova forma, dado ser ali que se amarravam as embarcações que vinham ao porto. A esplanada e o número de bocas-de-fogo foi sendo aumentado, passando o ilhéu a servir de registio do porto. Data de 1771 e do sargento-mor Francisco de Alineourt, o projeto de união dos 2 ilhéus, mas o projeto levou quase cem anos a efetivar.



Fortaleza de N.º S.ª da Conceição do Ilhéu, fotografia de Francisco Camacho, 1880 (c.)

03 Forte de São José da Pontinha

A construção deste forte em homenagem ao rei D. José, data da construção do primeiro lanço do molhe de cais do Funchal, para defesa da Pontinha. Os trabalhos gerais foram iniciados nos inícios de 1757, unindo o ilhéu à rocha firme da Penha de França, devendo estar terminados, numa primeira fase, por volta de 1762. A fortificação desenvolvia-se em dois andares, com canhoneiras essencialmente viradas para poente, defendendo assim a pequena enseada formada pelo cais da Pontinha. Com a sua ligação ao ilhéu de Nossa Senhora da Conceição (2), já nos finais do XIX, perdeu muito do interesse, acabando por ser parcialmente demolido para aproveitamento da pedra para o novo molhe de cais.



Alçado, perfil e planta do forte de São José da Pontinha, esboço de Paulo Dias de Almeida (atr.), 1817 (c.). Direção dos Serviços de Engenharia.

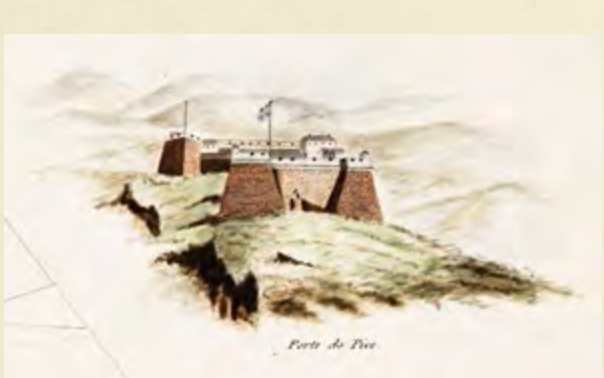
04 Fortaleza de São João do Pico

O regimento de 1572 já determinava a construção de uma “estância” no pico dos Frias, como fecho da muralha sobre a ribeira, ao tempo designada como Ribeira Grande, mas as prioridades foram para as fortalezas da baía do Funchal.

A primeira planta foi feita por Mateus Fernandes e enviada para a corte de Castela, em 1582, mas as obras levaram 20 anos para arrancarem. Em princípios de 1602 os jesuítas assustaram-se com essa possibilidade, até por terem comprado o

pico as freiras de Santa Clara, com a nascente de água que ali havia, tudo fazendo para obstar à construção. A fortaleza de pedra e cal deve ter sido iniciada pouco tempo depois, encontrando-se um entendimento entre os três utentes do pico e do aqueduto, não se voltando a falar no assunto e tendo os jesuítas ali levantado uma quinta na base.

É a única fortaleza abaluartada na Madeira, quase perfeitamente regular e, pelos seus fantásticos baluartes, uma verdadeira obra-prima da engenharia militar portuguesa.



Forte do Pico com a bandeira inglesa, pormenor da Plan of the Fortifications, of Funchal in the Island of Madeira, Dec- 24 th 1808, Arquivo Histórico Militar.

05 Muralhas da rua Major Reis Gomes

Os troços da antiga muralha que chegaram aos nossos dias, como o da antiga rua 5 de Julho, atual Major Reis Gomes, ficaram com uma altura de 3,40m e uma largura superior de 1,20m. A construção destas muralhas só começou a partir de 1600 e, entre 1617 e 1618, encontravam-se em obras todos os muros da cidade, devendo, por 1621, toda a cidade ter ficado murada.

Ao longo do século XIX, com a reformulação das defesas das cidades, as cinturas de muralhas perderam quase totalmente o seu interesse militar e, com o aumento do poder camarário sobre as acessibilidades, os panos de muralha e os espaços anexos foram logo disputados por várias entidades, sendo os 2 pequenos troços da rua Major Reis Gomes, dos poucos que chegaram até nós.



Troço da muralha da cidade da rua Major Reis Gomes, projeto de Mateus Fernandes, 1575 (c.) e seguintes.

06 As baterias de Santa Catarina, São Lázaro e Fontes

Na frente dos arrifes de Santa Catarina e na foz da ribeira de São João, houve uma pequena bateria, tal como na margem oposta, perto da pequena capela dedicada a São Lázaro. A **bateria de Santa Catarina** era poligonal e a de **São Lázaro**, redonda. Com a aluvião de 1803 essas estruturas foram muito afetadas e, embora continuassem a ser desenhadas na cartografia militar, só pontualmente voltaram a ser guarnecidas.

Desde os finais do séc. XVII que os arranjos no interior de São Lourenço (7) tinham levado à transferência dos militares e das bocas-de-fogo que ali existiam, pois, o aumento de um andar na fachada ao mar do palácio, inviabilizara a utilização da fortaleza como tal, impossibilitando os artilheiros de fazerem fogo dos baluartes do antigo Passeio Público (9 e 10), atual avenida Arriaga.

Com a aluvião de 1803 e a total destruição da bombardeira de São Lázaro, foi aproveitada a oportunidade para o planeamento de uma fortaleza contemporânea. A planta da **bateria das Fontes** data de abril de 1805, devendo ter sido logo iniciada a construção, que em 1817, já se propunha ampliar. Com a ampliação do molhe de cais da Pontinha e, depois, a construção da avenida do Mar, levaram ao seu desaparecimento, só restando registos cartográficos e fotográficos.



Bateria das Fontes, pormenor de fotografia do Funchal de 1870 (c.).

07 A fortaleza e palácio de São Lourenço

A reforma da inicial fortaleza do Funchal (c. 1572) aproveitou o baluarte joanino e o torreão-cisterna de 1540 (8), adaptando-lhe depois o planeamento enviado do Funchal para o morro da Pena, mas reduzido a um terço. Para a cidade ficaram 2 baluartes pentagonais (9), ainda depois acrescentados com um outro central (10), para cobrir a porta e, para poente, um baluarte quadrangular (11).

O palácio-fortaleza de São Lourenço é um dos exemplares melhor conservados e idealizados da fortificação portuguesa dos sécs. XVI e XVII. Em linhas gerais, apresenta uma bateria baixa frente ao mar, com um pequeno torreão avançado, inicialmente um cubelo-cisterna, e 2 laterais: um a nascente, ao gosto dos meados do XVI e outro, a poente, da época e da traça de 1572, retangular e hoje ocupado com a residência do representante da República (11).

O conjunto é um arranjo nobilitante de três leituras distintas: para o mar e aos visitantes, quase sempre estrangeiros, com uma leitura teatral de montra-varanda de relações públicas; mas para a cidade, a austeridade e a agressividade de uma fortaleza de

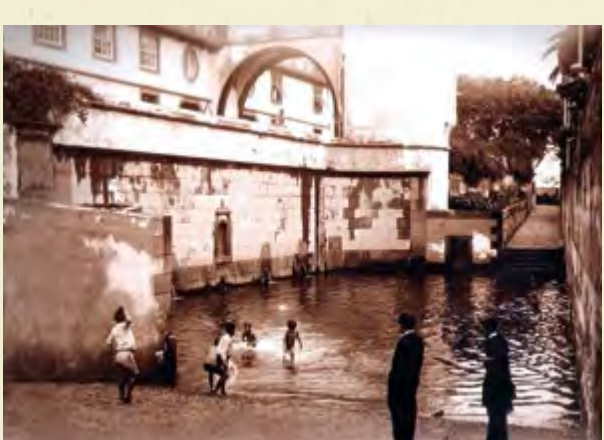
porta recolhida e guardada. O seu sentido emblemático acabou por se estender a toda a cidade, no centro da qual se elevou, sendo uma constante da sua vida, não só no seu simbolismo histórico, como na qualidade geral do conjunto de edifícios que chegaram até nós.



The Government House at Madeira, palácio e fortaleza de S. Lourenço, desenho de William Westall (1781-1850), 1805 (c.). Litografia aquarelada de J. Byrne e edição de T. Cadell & W. Davies, Londres, 11 de junho de 1813.

08 Baluarte Joanino e fontes de João Dinis

O baluarte joanino virado às avenidas do Mar e Zarco foi a primeira fortificação do Funchal, determinada em e com obras entre 1540 e 1541, executadas pelo mestre pedreiro Estêvão Gomes, devendo estar prontas nesse último ano, quando foi nomeado um alcaide para o baluarte. A primeira fase consistiu de um torreão semioval assente em sapata, virado a nascente, onde se colocaram as armas reais, devendo o piso superior ser de observação e guarda.



Rua das Fontes e fontes de João Dinis alagadas, fotografia de 1900 (c.)

09 Baluartes de Mateus Fernandes

Os baluartes-gêmeos semi-pentagonais virados à cidade da fortaleza do Funchal seguiram em linhas gerais os planeados por Mateus Fernandes para a fortaleza do morro da Pena.

O Regimento de 1572 mandava equipar estes baluartes com mantas ou manteletes, proteções de madeira para as bocas-de-fogo montadas em casamatas e destinadas a flanquear este tipo de baluarte, logo abaixo das guaritas, que acompanham a forma do baluarte, tendo sido telhadas. O baluarte poente incorporava no séc. XVII uma alta torre cilíndrica e telhada, mais tarde, parcialmente demolida, restando o primeiro piso, denominado por casa do fresco, com porta para o jardim interior da residência do representante da República.



Baluarte do Castanheiro. Jerónimo Jorge, 1600 a 1612. Amputado em 1911 para alargamento da depois avenida Arriaga, o brasão de armas foi re-posto em finais de abril de 1993.

10 Baluarte do Castanheiro

Nos finais deste séc. XVI e nos inícios do seguinte, o novo mestre das obras reais Jerónimo Jorge e seu filho Bartolomeu João construíram o baluarte central norte, cavaleiro de toda a fortaleza, ou seja, em cima e a proteger a porta virada à nascente. Esta porta estava pronta por volta de 1612 e foi decorada algum tempo depois com uma imagem do orago da fortaleza, datada na base de 1639. Entre os finais do séc. XVIII e os inícios do séc. XIX existia um castanheiro na esplanada, pelo que este baluarte ficou com essa denominação.

Contra o que era regra em todo o reino, o baluarte foi dotado no cunhal norte de uma importante pedra de armas em cantaria rija da Ilha e com o brasão de armas do reino de Castela. O brasão propriamente dito foi picado depois de 1640, sendo colado sobre essa base as armas de Portugal em cantaria do Porto Santo, mas manteve a coroa de Castela e o colar da Ordem do Tosão de Ouro. A excecional importância patrimonial deste baluarte levou a ser ali instalado o Museu Militar da Madeira.



Armas reais do baluarte do Castanheiro. 1610 (c.) e 1640 (c.). As armas de Portugal usadas pelos Bragança, em cantaria do Porto Santo, assentam sobre as de Castela, mantendo-se o envolvimento pelo colar do Toão de Ouro e a coroa imperial de Castela que, em Portugal, nunca se usou.



11 Baluarte do Governador

O regimento de 1572 determinou ainda a construção de um baluarte a encerrar a fortaleza a sudeste sobre a praia do Funchal, tendo-se optado por um baluarte quadrangular, semelhante aos planeados para a fortaleza do Morro da Pena.

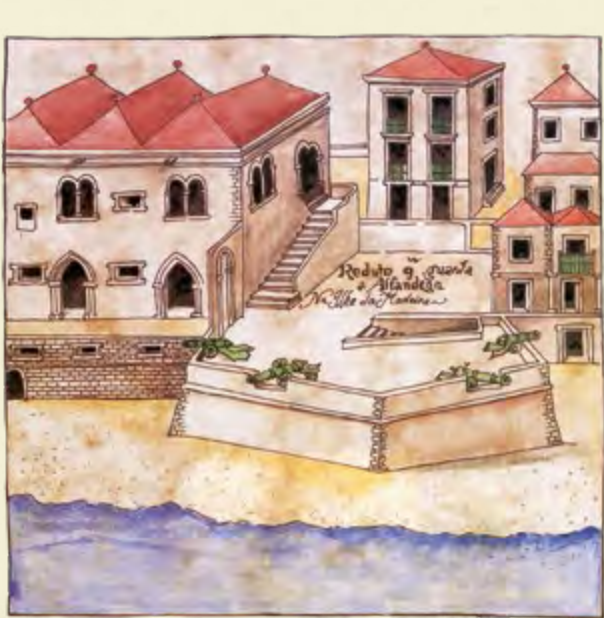
Nos meados e finais do séc. XVIII o palácio cresceu e as últimas obras parecem datar de 1790. O bloco de gosto neoclássico apresenta-se rematado por varanda corrida, tendo toda a frontaria da frente ao mar se uniformizado nas décadas seguintes por esse módulo. Esta uniformização sacrificou o piso superior da parte civil, ao longo do séc. XIX, dando origem ao piso nobre de receção do palácio.



Baluarte do Governador. Mateus Fernandes, c. 1575 (c.) e António Villa Viêncio (c. 1720-1796), 1790 (c.).

12 Reduto da Alfândega

Com a subida ao trono da dinastia de Bragança foi necessário tomar medidas para salvaguardar os recursos do Erário. Nesse quadro, ordenou-se a construção de uma fortificação para defesa da Alfândega do Funchal. A ordem de 11 de agosto de 1644 determina “que se fizesse no pátio da alfândega um reduto, do qual se descorritasse a praia com respeito da distância que é de uma fortaleza à outra por figurar ao meio de ambas”, ou seja, São Lourenço (7) e São Filipe (14).



Reduto que Guarda a Alfândega na Ilha da Madeira, cópia de pormenor do Mapa da Ilha da Madeira de Bartolomeu João, 1654, dos herdeiros do Sr. Paul Alexander Zino.

13 Portão dos Varadouros

O portão dos Varadouros, antiga entrada da cidade, encerrou aparatosamente a muralha defensiva do Funchal e foi construído em 1689, mas foi perdendo progressivamente interesse a partir dos inícios e meados do séc. XIX, quando a entrada da cidade passou para junto do palácio e fortaleza de São Lourenço (7).

Ao longo da segunda metade do séc. XVII se foi terminando, com dificuldades, as muralhas da frente mar, entre as fortalezas de São Filipe do largo do Pelourinho (14) e de St. António da Alfândega (12).

Com a implantação da República e as questões de poder entre os novos e os velhos grupos de republicanos, o Portão veio a ser demolido entre abril e maio de 1911, acabando por ser re-posto no mesmo local, quase 100 anos depois, em setembro de 2004.

15 Muralhas da ribeira de João Gomes

Entendidas pela edildade como prementes obras de defesa das aluviões, foram sempre entregues a engenheiros militares até aos meados do séc. XIX, como aconteceu após a aluvião de 9 de outubro de 1803, quando foi despachado para o Funchal o brigadeiro de origem francesa Reinaldo Oudinot, cuja equipa formou um gabinete de trabalho, que foi uma escola de desenho topográfico e hidrográfico, projeto e direção de obras públicas. Num trabalho incontornável, reformulou as escalas, definiu princípios construtivos para as estradas e obras hidráulicas, nomeadamente de levadas para rega, organizou estaleiros de obras, etc. As bases das atuais muralhas das ribeiras do Funchal ainda são planeadas por esta equipa, reconhecendo-se as sapatas primitivas, tal como as canalizações das inúmeras linhas de água que atravessam o tecido urbano e para aqui canalizadas.



Muralhas da ribeira de João Gomes junto do campo da Barca, projeto do brigadeiro Reinaldo Oudinot, 1805 a 1806.

16 Muralha do morro da Pena

Os panos do troço da muralha do morro da Pena, nas margens da ribeira de João Gomes e acima do campo da Barca, parecem ser os mais antigos e completos que chegaram aos nossos dias.

A muralha segue ao longo da base da rua Silvestre Quintino de Freitas, que sobe para a Pena, tendo tido uma esplanada, entretanto ocupada por uma residência, que entasta, infelizmente, com a bombardeira para norte, que apresenta canhoneira para flanqueamento da muralha, ainda não verdadeiramente abaluartada, mas na tradição da fortificação de transição. Para norte e continuando a bordear o morro subsiste todo um pano de muralha, porventura o mais completo do Funchal, embora recentemente, tenha sido aberto um túnel rodoviário na parte superior. Na rua Visconde da Anadia, quase em frente desta bombardeira, havia outra exterior, de apoio, depois transformada em depósito militar e demolida da década de 90 do século passado, para ampliação daquela rua.



Troço da antiga muralha do Funchal na subida do morro da Pena, projeto de Mateus Fernandes, 1575 a 1595 (c.)

17 Forte novo de S. Pedro

Nos finais do séc. XVII foram enviados à Madeira alguns fortificadores habilitados nas novas escolas continentais. Assim, a defesa da Ilha foi bastante aumentada, executando-se uma série de fortes desde Machico até ao Porto do Moniz, entre os quais, no Funchal, o forte novo de São Pedro.

Nos finais do séc. XVIII foi ainda este forte dotado de um artigo tecnológico: um forno de balas ardentes, que incendiavam as velas, cordame e madeiras dos navios. Embora dos fortes mais modernos do Funchal, com o decurso do séc. XIX perdeu o interesse militar, vindo a ser demolido em 1898. Esta demolição permitiu o alargamento do “campo das Pipas”, depois praça Académica, ou ainda campo “das Loucas”, “dos Chalons” e de São Tiago, dados os exercícios militares que ali decorriam, campo de D. Carlos e, com a República, Almirante Reis, embora o nome de D. Carlos, na atualidade, ainda se preserve na rua vizinha.



Perfil e alçado do forte Novo de S. Pedro, esboço de Paulo Dias de Almeida (atr.), 1817 (c.). Direção dos Serviços de Engenharia.



Fotografia do cabrestante da praia de S. Tiago, 1870 a 1880 (c.). Visíveis o Forte Novo de São Pedro, Porta do Ribeiro da Nora, muralha da cidade e fortaleza de São Tiago.

18 A Muralha do Corpo Santo

O regimento de 1572 não incluía o bairro popular de Santa Maria no perímetro amuralhado, considerando-o assim como fora da cidade, mesmo incluindo a mais antiga paróquia: Santa Maria do Calhau. A situação foi reparada com a chegada ao Funchal, em 1585, Tristão Vaz da Veiga. Foi neste sentido que se procedeu ao alargamento da muralha frente ao mar, que passou a incluir Santa Maria do Calhau.

O troço do Corpo Santo até São Tiago, veio a servir de apoio ao casarão do bairro, na parte virada ao mar, subsistindo como divisória do antigo Arsenal Blandy. Com a mudança do arsenal para a Zona Franca, no leste da Ilha e construção de um empreendimento turístico na área, a muralha foi recuperada e, inclusivamente, decorada com uma boca de fogo de ferro inglesa, dos finais do séc. XVIII, encontrada no entulho da área do arsenal.

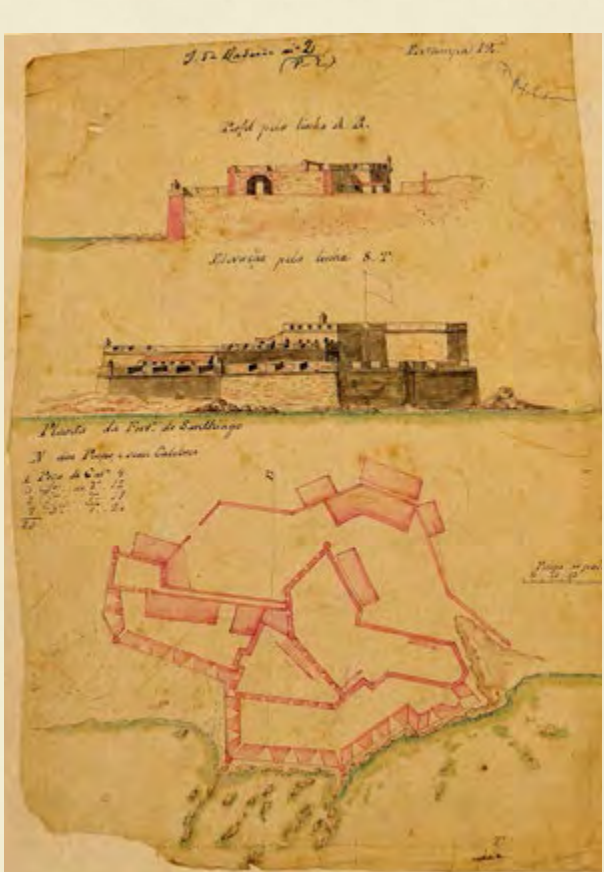


Muralha do Corpo Santo, projeto de Jerónimo Jorge, 1585 a 1590 (c.)

19 Fortaleza de São Tiago

A construção desta nova fortaleza só teve início após a construção do troço de muralha ao longo do Bairro de Santa Maria, por volta de 1611 e que estava bastante adiantada em 1614, data que se inscreveu na primitiva porta de entrada. A fortaleza dos meados do séc. XVII possuía planta com 2 baluartes virados a norte, correspondentes à bateria alta e mais 2 com as baterias médias gêmeas, sobre o mar, comunicando com a bateria baixa, então semicircular por 2 lanços de escadas, que nasciam frente à antiga capela e à cisterna, elementos que ainda subsistem.

Nos meados do séc. XVIII, em 1756, chegou ao Funchal o engenheiro encarregado das obras do molhe do porto (3) e que deve ter projetado a sua reformulação. As obras prolongaram-se pela década seguinte, mandando o governador lavar na lápide sobre a nova porta a data de 1767. A bateria alta foi ampliada, tal como a bateria média, que uniu as 2 anteriores, fazendo desaparecer o lanço de escadas para nascente. A nova esplanada média apoia-se na parede de uma passagem, que a une a um novo baluarte quadrangular avançado para poente, que cruzava fogos com o forte novo de São Pedro (17). Desta campanha de obras são o conjunto de guaritas cilíndricas, assentes em consolas troncocónicas, que ainda hoje possui a fortaleza.



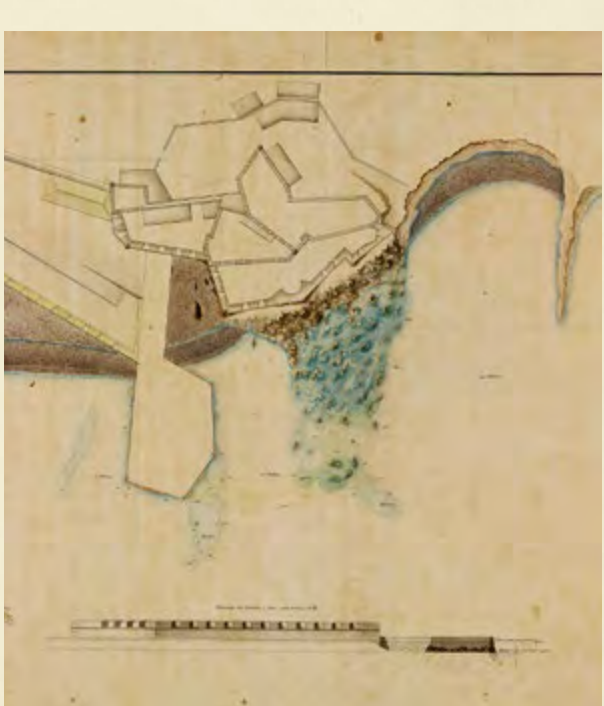
Perfil, elevação e planta da Fortaleza de Santiago, esboço de Paulo Dias de Almeida (atr.), 1817 (c.). Direção dos Serviços de Engenharia.

20 O molhe de cais de São Tiago

Em 1823 começou a pensar-se na ampliação do molhe de cais do Funchal e, entre as várias hipóteses, uma delas passava por São Tiago, dentro de uma outra forma de entender a defesa e a arquitetura militares, que levaria à construção da bateria das Fontes (6). Por carta de 13 de setembro de 1824, o brigadeiro Francisco António Raposo foi mandado passar à Madeira para *in loco* estudar o assunto. As obras do novo molhe de cais iniciaram-se pouco depois no calhau frente à fortaleza, mas acabaram por ser interrompidas pela força do mar, que tudo destruiu, tendo-se perdido uma importante verba gasta nos trabalhos de quebrar e talhar pedra.

Em 1827 foi proposta para Lisboa nova alteração do molhe do cais, cujos elementos cartográficos do então já major Paulo Dias de Almeida chegaram até nós, com o aumento da bateria baixa, servindo de apoio às novas obras do possível cais, mas tudo não passando então do papel. Paulo Dias de Almeida chegou a ser nomeado pelo governo liberal como comandante desta fortaleza, mas com a invasão absolutista do ano seguinte foi deportado para Moçambique, onde morreu pouco depois.

Estas obras e o governo liberal da Madeira à época tiveram o apoio da colónia mercantil madeirense radicada em Londres. Segundo escreveu depois Isabella de França, nas suas memórias de estado na Ilha em 1853 e 1854, o marido e morgado José Henrique de França, nascido em Londres, por esta data serviu nesta fortaleza, então quartel e local de instrução dos milícias do Funchal.



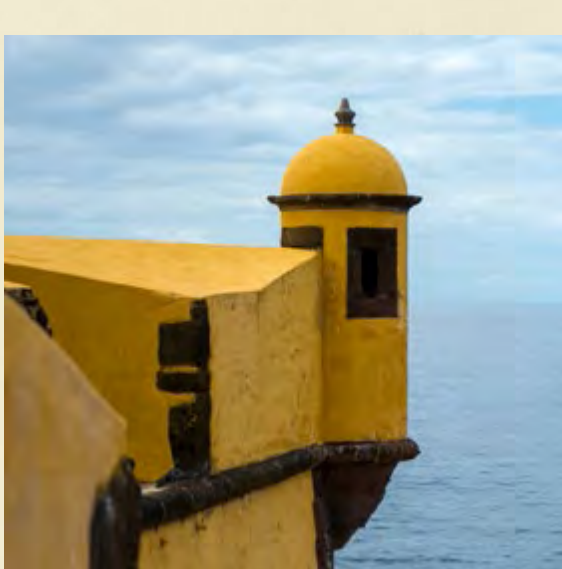
Pormenor da Planta da baía do Funchal em que se representam o projecto de hum molhe no porto da Pontinha e hum cais nas baías de São Tiago e a nova bateria, Paulo Dias de Almeida, 1824 (c.). Direção dos Serviços de Engenharia.



Soldado de Milícias do Funchal, 1820, na fortaleza de São Tiago, acrílico de Rui Carita, 1990, Museu Militar da Madeira.



Perfil da Fortaleza de Santiago (Paulo Dias de Almeida, 1805). GEAM.



Quarta da Fortaleza de Santiago, (reforma de 1756).

21 Largo de Santa Maria Maior ou do Socorro

O miradouro deste largo permite uma vista interessante sobre a fortaleza de São Tiago (19), o porto do Funchal e algumas das construções militares que aqui apresentamos. Acresce que o primeiro pedido para a construção de um baluarte, então junto da inicial igreja de São Tiago, antecessora da atual de Santa Maria Maior, foi contemporânea da construção da mesma, por volta de 1523. Em resposta, o rei D. João III pediu para lhe enviarem orçamentos para os baluartes a construir em Santa Catarina (1 e 6) e no Corpo Santo (19). Segundo o documento, a Câmara do Funchal ter-se-ia queixado de não possuir verbas para as construções de obras “de que tinha necessidade para sua defesa”, ordenando o rei que se juntasse o capitão, o provedor e alguns pedreiros e pessoas que o muito bem entendam”, no sentido de alijazarem o custo dessas obras e o exato local das mesmas “para melhor defesa da cidade”.

O pedido foi reenviado para Lisboa em 1528, depois de um ataque de um navio biscainho que roubara 2 outros navios à carga no porto do Funchal e a ordem foi emitida no ano seguinte, a 8 de junho de 1529, embora só registada muito depois, nos meados do séc. XVIII. A opção da localização era entregue ao capitão do Funchal e recau, logicamente sobre as suas próprias casas (7 e 8), montadas sobre as fontes de João Dinis, mas obra só iniciada em 1540 e numa visão ainda algo medieval, que já pouco tinha a ver com a defesa da cidade daquele tempo.



Largo de Santa Maria Maior, Funchal, Madeira, ao largo do Socorro, bilhete-postal da Foto Perestrellos, 1950 (c.).